NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 30/10/2015 - Edição 1383

Audiência expõe racha entre vigilantes do país e de SP (capital) quanto a piso nacional

Enquanto Sindicatos da grande São Paulo e interior se mobilizaram para defender a proposta, Federação e Sindicato da categoria em São Paulo não compareceram

Vigilantes comprometidos com a luta da categoria já se posicionaram a favor da luta pelo Piso Nacional de R$ 3 mil

No dia 9, os vigilantes do estado de São Paulo se reuniram em Audiência Pública na Câmara Municipal de São Paulo para debater o Piso Nacional de R$ 3 mil, jornada 12x26, avaliar o relatório final do deputado Wellington Roberto (PR-PB) sobre o PL 4238/2012 (que institui o Estatuto de Segurança Privada no Brasil), entre outros assuntos de interesse dos vigilantes. Para os dirigentes presentes, a posição da Federação da categoria, em consonância com o Sindicato da capital paulista – ambos contra o piso e responsáveis por manobras que tentariam evitar a regulamentação da jornada de 12x36 – contribui para a desvalorização dos profissionais.

O encontro foi organizado pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), com apoio da vereadora Juliana Cardoso (PT) e Sindicato dos Vigilantes de Barueri.

Participaram cerca de 100 pessoas dos Sindicatos dos Vigilantes de Sorocaba, São Bernardo do Campo, Sindicato dos Detetives Particulares e Empregados em Segurança Orgânica no Estado de São Paulo (SINDESO) e Associação dos Profissionais de Vigilância, Segurança e Similares do Estado de São Paulo.

Na mesa de debates estavam Cláudio José de Oliveira, secretário geral da Confederação Nacional dos Vigilantes e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região, José Cícero Ferreira, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, Adriano Linhares, diretor da Federação Interestadual dos Vigilantes do Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal e Amaro Pereira, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri.

Na abertura Cláudio José de Oliveira da CNTV destacou a pressão realizada pelos vigilantes para conseguir a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, os avanços e frustrações. "Nós tivemos algumas evoluções, mas o relatório final retirou o Piso Nacional. A Confederação está visitando todas as cidades para discutir esta questão e unir toda a categoria, pois nós vamos apresentar um Projeto de Lei para fixar o Piso Nacional em R$ 3 mil", disse.

Para Amaro Pereira, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, o Piso Nacional não é uma questão numérica, mas sim de valorização do profissional. "Quanto vale a minha vida? A Segurança Privada é um dos setores que mais lucram com o suor do nosso trabalho e não temos PLR, vale- refeição e convênio médico, enquanto alguns dirigentes de São Paulo tem muitos benefícios. O relatório final da PL traz avanços e retrocessos que tiveram o apoio de dirigentes sindicais de São Paulo, mas teremos um outro embate para defender os interesses da categoria", ressaltou.

Após as apresentações e avaliações da mesa sobre o PL, algumas lideranças de sindicatos falaram sobre o Piso Nacional como Severino Ferreira Lima, presidente do SINDESO. "O projeto do Piso Nacional é uma questão de honra discutir. O Sindicato de São Paulo é contra, mas eu quero dar minha contribuição aos companheiros", destacou.

Ao final, os Sindicatos e a CNTV decidiram realizar uma reunião no próximo dia 30, na Sede do Sindicato dos Vigilantes de São Bernardo para traçar uma linha de atuação no estado de São Paulo e conquistar mais avanços para os profissionais. "Temos que compreender as competências de cada esfera, não cabe a Confederação mudar o cenário de São Paulo, mas sim aos Sindicatos. Cabe a cada presidente mobilizar os trabalhadores para ir as ruas e lutar", comentou Amaro.

Para Severino, da SINDESO, faltaram lideranças importantes. "Tivemos a participação de muitos profissionais da categoria e um saldo positivo em agendar outra reunião e talvez criar um fórum de discussão em São Paulo. Valeu o esforço, investimento e creio que a próxima será melhor", avaliou.

Fonte: Força Sindical

Sindicatos do nordeste pedem apoio sobre o Estatuto da Segurança Privada ao deputado Sílvio Costa

Deputado Sílvio Costa já garantiu que está com os vigilantes na luta pelo Piso Nacional de R$ 3 mil e Estatuto da Segurança Privada

Representantes dos sindicatos dos vigilantes da Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, tanto patrimonial quanto transporte de valores, entregaram ao deputado Federal Sílvio Costa um pedido de apoio à aprovação do Estatuto da Segurança Privada. O deputado participou do encontro realizado neste mês para debater os próximos passos dos compromissos assumidos na 13ª Conferência Nacional dos Vigilantes, realizada no início de outubro, em Maceió.

A reunião, que ocorreu em Pernambuco, deu início também aos debates sobre a construção da negociação coletiva unificada na região nordeste, priorizando piso único, bem como alimentação, plano de saúde e proteção à saúde física e mental dos vigilantes.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e do Sindicato dos Vigilantes da Bahia, José Boaventura, lembrou que os sindicatos do nordeste já possuem experiências positivas na articulação de ações comuns para as negociações coletivas, tanto patrimonial quanto transporte de valores. "Em transporte de valores, por exemplo, tivemos uma experiência inédita no início do ano, quando, depois de debates, conseguimos construir uma pauta comum".

"Tivemos sucesso anteriormente, o resultado, o avanço, as conquistas, foi tudo muito positivo. Para o próximo ano continuamos na mesma expectativa", concluiu.

Além disso, os sindicalistas reafirmaram o apoio à greve dos bancários, que já está no décimo dia.

Estão na pauta de reivindicações dos bancários o Reajuste salarial de 16%. (incluindo reposição da inflação mais 5,7% de aumento real), PLR de 3 salários mais R$7.246,82, Piso de R$3.299,66 (equivalente ao salário mínimo do Dieese em valores de junho último). Vales alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá: R$788,00 ao mês para cada (salário mínimo nacional).

Além disso, a categoria também pede melhores condições de trabalho com o fim das metas abusivas e do assédio moral que adoecem os bancários, fim das demissões, mais contratações, fim da rotatividade e combate às terceirizações diante dos riscos de aprovação do PLC 30/15 no Senado Federal, além da ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.

Fonte: CNTV

Deputado Federal Sílvio Costa e o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco e secretário de Formação da CNTV, José Inácio Cassiano de Souza

Sindicato dos Vigilantes de Campina Grande convoca categoria para assembleia geral

Nos dias 3 e 7 de novembro os vigilantes de Campina Grande (PB) estão convocados para participarem de assembleia geral extraordinária realizada pelo Sindicato dos Vigilantes de Campina Grande. A reunião será realizada na sede da entidade às 9h em primeira e às 9h30 em segunda convocação e deve discutir a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2016.

"Este ano temos uma novidade, que é a tentativa de unificar a data base do Nordeste, tendo em vista o sucesso deste ano com essa mesma experiência no segmento de transporte de valores", afirmou o presidente da entidade, Edimir Bernardo.

Participe e ajude a construir a pauta de reivindicações de acordo com a realidade que só você conhece.

Endereço: Rua Gilberto Pereira, nº 125, Bairro da Liberdade.

Fonte: CNTV

Justiça aprova restrição ao uso de cães de guarda em empresas de segurança privada em Pernambuco

AUTORIA – Matéria foi apresentada por Edilson Silva. Foto: Rinaldo Marques

A utilização de cães por empresas de segurança patrimonial privada e de vigilância para fins de guarda poderá sofrer restrições. É o que determina a proposição aprovada, nesta terça (27), pela Comissão de Justiça. De autoria do deputadoEdilson Silva (PSOL), o Projeto de Lei nº 346/2015 recebeu parecer favorável nos termos do Substitutivo nº1, apresentado pelo colegiado.

Ao apontar a falta de assistência aos cães de guarda e a violência psicológica a que são expostos, o projeto original previa a proibição dessa prática. "São animais mantidos em ambientes insalubres. Em muitas empresas, os cães permanecem mal alimentados, sem alojamento que os proteja de intempéries, sem assistência veterinária, explorados até a exaustão", destaca o autor na justificativa do PL, que previa a extinção automática dos contratos em andamento após o período de 12 meses.

Relator do projeto na Comissão, o deputado Zé Maurício (PP) sugeriu a votação nos moldes do Substitutivo nº1, que, apesar de não proibir a utilização dos cães de guarda, restringe a sua utilização, estabelecendo que o uso dos animais para fins de guarda só será permitido quando houver presença de um vigilante.

Apesar das alterações, Edilson Silva comemorou a aprovação da proposta pelo colegiado: "Em relação ao que queríamos inicialmente, ainda está muito distante, mas já é um avanço, tendo em vista o uso desses animais hoje. Vamos continuar persistindo nessa luta".

O texto aprovado ao final da discussão garantiu também a obrigatoriedade de estrutura adequada para abrigar esses animais, com a instalação de bebedouro automático, teto para proteção térmica e paredes lisas e impermeabilizadas, prevendo a necessidade de limpeza diária desse ambiente. As empresas responsáveis por esses cães serão obrigadas a identificá-los com microchips, instalados via implante subcutâneo.

As multas previstas para casos de descumprimento variam de R$ 1 mil a R$ 100 mil, sendo aplicada em dobro nas hipóteses de reincidência. Antes de ser votada no Plenário, a proposta ainda vai ser apreciada pelas Comissões de Finanças,Administração Pública, Negócios Municipais, Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Outros nove projetos de lei receberam parecer favorável da Comissão. Entre eles, o PL nº 226/2015, de autoria do deputadoJúlio Cavalcanti (PTB), que estabelece normas e diretrizes para a qualidade do ar em Pernambuco. O colegiado também distribuiu sete projetos para relatoria.

Fonte: Assembleia Legislativa de Pernambuco

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo

site: www.cntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF